



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

SEÇÃO DE LICITAÇÃO  
Rua do Acre nº 80 - sala 604-Centro/Rio Janeiro – CEP: 20.081-000  
Telefone/Fax: 2282-8682 -2282-8016

**EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 147/2015**

Proc. nº TRF2-EOF-2015/00105

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 307 de 15.09.2015, torna público, a abertura do certame licitatório na modalidade de **Pregão Eletrônico**, realizado por meio da internet, no site: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). O certame será regido pelas disposições da Lei 10.520/02, do Decreto 5.450/05, da Lei 8.666/93, da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, do Decreto 6.204/07 e pelas condições adiante estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	
<b>Data: 23 de dezembro de 2015</b>	<b>Horário (de Brasília): 11:30h</b>
<b>Local: <a href="http://www.comprasnet.gov.br">www.comprasnet.gov.br</a></b>	

Fazem parte deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo Certificado de Vistoria;

Anexo III - Declaração conforme **Res. nº 9 de 06/12/2005** do Conselho Nacional de Justiça;

Anexo IV – Minuta do Contrato Administrativo.

**1 - OBJETO:** A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de conservação e manutenção preventiva e corretiva de 02 (*dois*) elevadores hidráulicos da Marca "Atlas Schindler", com 4 (quatro) paradas e capacidade de 560Kg ou 8 passageiros, instalados no Centro Cultural Justiça Federal, situado na Av. Rio Branco, 241 - Centro – RJ, conforme especificações contidas neste Edital e Termo de Referência - Anexo I do edital.

1.1 - O objeto da presente licitação é uno e indivisível e será adjudicado a uma única empresa.



## **2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES**

- 2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, as empresas que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação e estiverem devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do *site* [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).
- 2.1.1 - A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.
- 2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via internet, o licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.
- 2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto 5.450/2005.
- 2.3 - Não poderão participar:
- 2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- 2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;
- 2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata, em processo de dissolução ou liquidação;
- 2.3.4 - Empresas que estejam reunidas em consórcio;
- 2.3.5 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 2.3.6 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de suspensão do direito de licitar, aplicada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região;
- 2.3.7 - Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/92 (Lei da Improbidade Administrativa);
- 2.3.8 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9.º da Lei n.º 8.666/93.
- 2.3.9 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 72, § 8.º, V da Lei n.º 9.605/98.
- 2.3.10 - Empresas que estejam proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e decretos regulamentares.
- 2.4 - A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.



2.5 - Todas as fotocópias de documentos apresentados deverão estar autenticadas por Tabela de Notas ou deverão ser apresentados os originais para conferência das cópias.

2.5.1 - Serão aceitas somente cópias legíveis.

2.6 - A entrega da proposta implica nos seguintes compromissos por parte da licitante:

2.6.1 - Estar ciente das condições da licitação, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

2.6.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **3 - DO CREDENCIAMENTO**

3.1 - Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site **www.comprasnet.gov.br**. (art. 3º do Decreto 5450/05).

3.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto 5.450/05).

3.3 - O credenciamento do licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. (art. 3º, § 2º, e art. 13, Inc. I, do Decreto 5.450/05).

3.4 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRF-2ª Região, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).

3.5 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica. (art. 3º, § 6º, do Decreto 5450/05).

### **4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a Sessão Pública do pregão eletrônico via internet, com a divulgação das propostas de preços recebidas e que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente edital e seus anexos.



- 4.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente envio da proposta de preços, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, no **valor total anual, conforme planilha constante do Anexo I,,** exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via *internet*.
- 4.3 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:** A Proposta de Preços deverá ser impressa em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricadas em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

- 5.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;
- 5.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;
- 5.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante;
- 5.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o contrato ou ajuste, assim como o telefone e e-mail para contato;
- 5.5 - Descrição detalhada dos serviços, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I;
- 5.6 - Preços mensal e total anual, em algarismos e por extenso, em moeda nacional, conforme modelo de **Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços constante do item 7 do Termo de Referência - Anexo I , deste edital;**
- 5.6.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto.
- 5.7 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (*sessenta*) dias, a contar da data da abertura da sessão deste pregão eletrônico;
- 5.8 - **Prazo de vigência do contrato:** 12 (*doze*) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da lei nº 8.666/93;
- 5.9 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.7 a 5.9, considerar-se-ão os prazos previstos neste edital.



5.10 - Depois de solicitado pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a **proposta de preços** da empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e **assinada**, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado e enviada, no prazo de 2 (*duas*) horas, sob pena de desclassificação, através do próprio Sistema Comprasnet ou do e-mail [cpl@trf2.jus.br](mailto:cpl@trf2.jus.br), ou, a critério do Pregoeiro, através do fac-símile (0xx21) 2282-8016 ou 2282-8682.

5.10.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá reduzi-lo ou estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos de habilitação.

5.11 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

5.12 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.13 - No caso de haver divergência entre a descrição do código do serviço no COMPRASNET e o disposto no **Anexo I - Termo de Referência**, o licitante deverá obedecer a este último.

5.14 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.14.1 - contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação.

5.14.2 - não atendam às exigências deste Pregão.

## **6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS**

6.1 - O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

6.2 - O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRF2ª Região ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.



- 6.5 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.
- 6.6 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes, excessivos ou inexequíveis;
- 6.7 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, contados da intimação.
- 6.8 - Os preços serão cotados em reais, com apenas duas casas decimais.

## **7 - DA COMPETITIVIDADE (Formulação de Lances)**

- 7.1 - A partir do horário previsto no instrumento convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no edital.
- 7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **valor total anual**, sob pena de desclassificação da mesma.
- 7.3 - Os participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.4 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no edital.
- 7.5 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.
- 7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.7 - A etapa de lances será encerrada por decisão do pregoeiro e mediante aviso de seu fechamento iminente, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (*trinta*) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual, será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.8 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e do procedimento previsto no subitem 8.4 deste Edital, quando for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
- 7.9 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



- 7.10 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.11 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (*dez*) minutos a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).
- 7.12 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas no artigo 28 do Decreto no 5.450/05.

## **8 - DO PROCEDIMENTO**

- 8.1 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.
- 8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.
- 8.3 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (*cinco por cento*) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
  - 8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (*cinco*) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
  - 8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 8.5 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.





- 8.6 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, o procedimento previsto no subitem 8.4 deste edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do item 9 deste edital.
- 8.7 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL**, observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.
- 8.8 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 8.9 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará aos licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.
- 8.10 - O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 8.11 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.12 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame pelo pregoeiro.

## **9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 9.1 - A **habilitação** da licitante será comprovada mediante consulta *on line* ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - **SICAF**, para verificação da validade dos documentos abaixo:
- 9.1.1 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014), **alterada pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1821/2014.**
- 9.1.2 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**CRF**), dentro da validade;





- 9.1.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do licitante, dentro da validade;
  - 9.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede do licitante, dentro da validade;
  - 9.1.5 - A consulta *on line* deverá comprovar que o licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.
  - 9.1.6 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado ao licitante cadastrado e parcialmente habilitado no SICAF o direito de apresentar, via fac-símile, quando solicitado pelo Pregoeiro.
- 9.2 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema Comprasnet, na ocasião em que o licitante cadastrar sua proposta:
- 9.2.1 - DECLARAÇÃO de que conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação.
  - 9.2.2 - DECLARAÇÃO, exigida somente das empresas que se enquadram na previsão do art. 11 do Decreto 6.204/07, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei;
  - 9.2.3 - DECLARAÇÃO referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
  - 9.2.4 - DECLARAÇÃO de Inexistência de Fato Superveniente;
  - 9.2.5 - DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA, de acordo com a Instrução Normativa nº 2 - SLTI, de 16 de setembro de 2009.
- 9.3 - Apresentar a **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.
- 9.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**
- 9.4.1 - **Certidão de Pessoa Jurídica** expedida ou visada pelo CREA, que comprove a especialização da licitante na área de **engenharia mecânica** e o atual quadro de responsáveis técnicos da licitante;
  - 9.4.2 - Indicação do responsável técnico, dentre os arrolados na certidão de que trata o subitem anterior, que será o detentor de ART por todos os serviços a serem desenvolvidos;



- 9.4.3 - Comprovante de Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação;
- 9.4.3.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado emitido por pessoa jurídica, **devidamente registrada no CREA, acompanhado da respectiva CAT - Certidão de Acervo Técnico**, comprovando que a licitante tenha prestado serviços similares de complexidade operacional equivalente ou superior em **manutenção de elevadores hidráulicos para 8 (oito) passageiros ou 560 kg, com acionamento eletrônico microprocessado.**
- 9.4.4 - Apresentação de comprovante de experiência mínima de 3 (três) anos no mercado na prestação de serviços de manutenção de elevadores, objeto do presente Edital. (Acórdão 2.939/2010 Plenário TCU).
- 9.4.5 - Registro emitido pela Gerência de Engenharia Mecânica - GEM, da RIOLUZ, comprovando que a licitante está legalmente habilitada e credenciada para a conservação de aparelhos de transporte vertical, conforme exigência contida no art. 45, caput, da Lei Municipal nº 2.743, de 7 de janeiro de 1999: ***"A conservação dos Aparelhos de Transportes deverá ser confiada, obrigatoriamente, a empresas conservadoras legalmente habilitadas e credenciadas no órgão municipal competente";***
- 9.5 - Para fins de habilitação, a verificação em *sites* oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão, constitui meio legal de prova.
- 9.6 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.
- 9.7 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de 5 (*cinco*) dias úteis, contado da decisão do Pregoeiro que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 9.8 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.7, implicará inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para formalização do contrato, ou propor a revogação deste Pregão.
- 9.9 - Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos via fac-símile, para o número (21) 2282-8682 ou 2282-8016 ou para o endereço eletrônico [cpl@trf2.jus.br](mailto:cpl@trf2.jus.br), no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.



9.9.1 - Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do **Pregoeiro**, endereçados da seguinte forma: Tribunal Regional Federal da 2ª Região -Seção de Licitação - Rua Acre, nº 80, sala 604 -CEP 20081-000 - Centro/Rio de Janeiro – Pregão nº \_\_\_\_.

## 10 - DA VISTORIA

- 10.1 - A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes.
- 10.2 - Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes, como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão;
- 10.3 - As visitas poderão ocorrer de segunda a sexta-feira, das 12:00 às 17:00 horas, e poderão ser agendadas pelo telefone (21) 3261-2562;
- 10.4 - O endereço do Centro Cultural Justiça Federal - CCJF é Avenida Rio Branco, nº 241, Centro, Rio de Janeiro/RJ.
- 10.5 - **O atestado de vistoria constante do Anexo II** deverá ser preenchido com os dados da empresa e impresso em duas vias, que deverão ser levadas no dia e horário da visita técnica.

**11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes da aquisição dos materiais, objeto deste Pregão, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

Programa de Trabalho	PTRes	Elementos de Despesa
02.061.0569.4257.6013	085.389	3.3.90.39.16

## 12 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

- 12.1 - Esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgadas na "homepage" do Tribunal: [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br), opção "Transparência Pública / Licitações e Contas / Licitações em andamento", e no *site*: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), na opção "visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos", ficando os licitantes obrigados a acessá-los para a obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.



- 12.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para [cpl@trf2.jus.br](mailto:cpl@trf2.jus.br), até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do pregão eletrônico, no horário de 12:00h às 17:00h. Os telefones/FAX de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.
- 12.3 - Até 02 (*dois*) dias úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.
- 12.4 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração das especificações técnicas, quando necessário, decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.
- 12.5 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

### **13 - DOS RECURSOS**

- 13.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (*três*) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 13.2 - Admitir-se-á, nos termos da legislação vigente, a interposição de recursos, mediante manifestação imediata e motivada do licitante, em campo específico disponibilizado pelo sistema eletrônico, durante a sessão pública, até o prazo final estabelecido pelo pregoeiro.
- 13.3 - A apresentação de recurso e de eventuais contra razões pelos demais licitantes será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, no prazo máximo de 3 (*três*) dias úteis, contados a partir do encerramento da sessão pública.
- 12.4 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará a decadência do direito de recurso, podendo o pregoeiro adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
- 13.5 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
  - 13.5.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.



#### 14 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 14.1 - Após a homologação do resultado desta licitação o TRF-2ªRG convocará a empresa adjudicatária para assinatura do instrumento contratual ou para a retirada da nota de empenho junto à Divisão de Contratos, na Rua Dom Gerardo nº46 – 12º andar, no horário de 12:00 às 17:00 horas.
- 14.2 - A convocação que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, contados da convocação, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e modificações da Lei 8.883/94 e art. 28 do Decreto 5.450/05.
- 14.3 - No ato da assinatura do contrato ou da retirada da nota de empenho, será comprovada mediante consulta *on line* a regularidade dos documentos abrangidos pelo SICAF e da CNDT, a qual deverá ser mantida pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 14.4 - O vencedor da licitação que não fizer as comprovações referidas nos subitens 14.2 e 14.3 ou, quando, injustificadamente, recusar-se a retirar a nota de empenho ou a assinar o contrato, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 14.5 - Ao assinar o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os materiais a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e também na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste Pregão Eletrônico.
- 14.6 - **GARANTIA CONTRATUAL:** Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região exigirá da empresa contratada a prestação de garantia, na modalidade pela qual a Contratada optar, de acordo com o artigo 56, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, no valor equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor global do contrato a ser firmado.
- 14.6.1 - A contratada se obriga a apresentar a garantia para o período integral da vigência contratual, e, no caso de prorrogação do Contrato, mantê-la válida e atualizada.
- 14.6.2 - A garantia prestada somente será liberada ou restituída após o término da vigência do contrato.
- 14.6.3 - A perda da garantia em favor do contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer



procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no contrato.

14.6.4 - A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

14.6.5 - A garantia deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores e nos casos de prorrogação de prazo ou acréscimo de valores deverá ser atualizada na mesma proporção em conformidade com o art. 56, § 2º da Lei 8.666/93.

14.7 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

14.7.1 – A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da empresa alocados na prestação dos serviços, da Declaração constante do **Anexo III** do presente Edital;

**15 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO:** Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8666/93, modificada pela Lei n.º 8883/94, o objeto da presente licitação será recebido mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

15.1 - **Provisoriamente** - imediatamente após a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual;

15.2 - **Definitivamente** - no prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e depois de verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais;

15.3 - Os termos serão emitidos pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, designado na forma estabelecida no subitem 15.6 deste edital, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto às especificações do edital e seus anexos;

15.4 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação do contratado, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação;



- 15.5 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 15.6 - Após a assinatura do contrato, o TRF-2ªRG designará servidor para exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato.

## **16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 16.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal apresentado pelo contratado, devidamente atestado pelo setor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, **em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da apresentação do documento fiscal;**

- 16.1.1 - O valor do documento fiscal será calculado da seguinte forma:

$$V_{1.i} = C_{1.i} \times (1 - I_{d1.i} - 0,05 \times n_{pp1.1})$$

Onde:

$C_{1.i}$  é o custo mensal da manutenção do elevador;

$I_{d1.i}$  é o índice de defeitos do elevador definido no subitem 3.1.9.1 ;

$n_{pp1.i}$  é o número de paralisações, com passageiro(s) preso(s), do elevador.

- 16.1.2 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação.
- 16.1.3 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;
- 16.1.4 - Para fins do disposto no item 16.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.
- 16.2 - O documento fiscal deverá ser entregue no Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), localizado na Av. Rio Branco, nº 241, Centro / Rio de Janeiro, no horário de 12:00 às 17:00 horas, na primeira semana do mês subsequente à execução dos serviços.
- 16.2.1 - **O documento fiscal deverá ser acompanhado de Relatório Mensal de Manutenção, o qual será condição para viabilizar o atesto e o pagamento.**
- 16.3 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido ao contratado para retificação e reapresentação acrescentando-se, no prazo fixado no item 16.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.





16.4- As Contratadas que se enquadrem nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverão comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

16.5 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

16.5.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem 16.5, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

16.6 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU).

16.6.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

## 17 -DO REAJUSTE

17.1 - O valores contratados serão reajustados com base na variação do IGP-DI, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro indexador que a legislação determinar, de acordo com a seguinte fórmula:

$R = \left( \frac{I - I_o}{I_o} \right) \cdot P$	Onde:
	R = Reajuste
	I = Nº índice da data do reajuste
	I <sub>o</sub> = Nº índice da data limite da apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste.
	P = Preço a ser reajustado.

17.2 - A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo se utilizar o cálculo pró-rata mas sim o mês cheio.

17.3 - A periodicidade de reajuste do Contrato será de 12 (*doze*) meses, em conformidade com os termos da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, e legislação superveniente, ou outra regulamentação editada pelo Poder Executivo que vier a alterá-la.

17.4 - Compete à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.



- 17.5 - A Contratada deverá manifestar o interesse no reajuste até a data da prorrogação contratual subsequente, devendo apresentar o demonstrativo de que trata o subitem 17.4 tão logo seja divulgado o índice oficial previsto no subitem 17.1.

## **18 -DAS PENALIDADES**

- 18.1 - O Licitante que deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

18.1.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

- 18.2 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.

- 18.3 - Penalidades a que está sujeita a contratada inadimplente:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o TRF-2ªRG, pelo prazo de 2 (*dois*) anos.
- d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

- 18.4 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo, discriminadas:

18.4.1 - A inexecução, total ou parcial, do contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

- a) Multa compensatória de até 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
- b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
- c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário inadimplente.



18.5 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pelas contratadas sujeitá-las-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

18.5.1 - A multa moratória acima estipulada fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida.

18.6 - Caso as multas previstas nos subitens 18.4 e 18.5 não sejam pagas no prazo estabelecido, serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo contrato, ou, ainda, cobradas judicialmente, se for o caso.

18.7 - Se as multas supracitadas forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.

18.8 - O período de atraso será contado em dias corridos.

18.9 - A aplicação das multas ora previstas não impede que a autoridade competente rescinda o contrato e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

18.10 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24/12 de 16.12.04, atualizada em 08/06/2005.

18.11 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.

18.12 - Sempre que não houver prejuízo para o TRF-2ªRG, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

## 19 - DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

19.1.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sites: **www.trf2.gov.br**, opção "**Licitações e Contas / Licitações em andamento**", e **www.comprasnet.gov.br**, opção "**visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos**", e comunicando às firmas, com a antecedência mínima de 24 (*vinete e quatro*) horas da data inicialmente marcada;

19.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, dando ciência aos interessados e comunicando às empresas licitantes, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93;

19.1.3 - Alterar as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.



- 19.2 - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, na forma do que estabelece o parágrafo 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93;
- 19.3 - As supressões citadas no subitem anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.
- 19.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente;
- 19.5 - As decisões dos recursos somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela autoridade competente.

Rio de Janeiro, quinta-feira, 10 de dezembro de 2015

Francisco Luis Duarte

Pregoeiro



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 147/2015

Proc. nº TRF2-EOF-2015-00105

**1 - OBJETO:** A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de conservação e manutenção preventiva e corretiva de 02 (*dois*) elevadores hidráulicos da Marca "Atlas Schindler", com 4 (quatro) paradas e capacidade de 560Kg ou 8 passageiros, instalados no Centro Cultural Justiça Federal, situado na Av. Rio Branco, 241 - Centro – RJ.

Código do SIASG: 3557 (*informação de interesse administrativo*)

## 2 - DA DESCRIÇÃO DO SISTEMA DE ELEVADORES:

### 2.1 - Na Casa de Máquinas:

- 2.1.1 - **Máquina:** coroa e sem fim, rolamentos de escora e dos mancais do eixo da coroa e da polia de tração, gaxetas, juntas de vedação, retentores, aro ou polia de tração, calços de isolamento e lubrificantes.
- 2.1.2 - **Motor:** estator, bobinas de campo e de interpolo, rotores, armadura, coletor, rolamentos, buchas, retentores, acoplamento, escovas, porta escovas, conectores, calços de isolamento e lubrificantes.
- 2.1.3 - **Gerador:** bobinas de campo e interpolo, rotores, armaduras, coletor, buchas e rolamentos, escovas, porta escovas, calços de isolamento e lubrificantes.
- 2.1.4 - **Freio:** lonas, sapatas, pinos, articulações, buchas, núcleo, bobina, molas, polia, calços, anéis de regulagem e lubrificantes.
- 2.1.5 - **Controle/Seletor:** chaves eletromecânicas, painéis temporizados (circuito impresso), resistores, condensadores, placas eletrônicas, relés de tempo e de sobrecarga, escovas, contatos e pinéis de segurança.

### 2.2 - Na caixa:

- 2.2.1 - Cabos de tração, do regulador, de compensação e de manobra, correções das guias ou roldanas dos cursores, fita do seletor ou sensora, chaves de parada e de fim de curso, rampas, sensores eletrônicos, tensor do regulador, aparelho de segurança, pára-choques, operador, suspensão da porta, sinalização e botões da cabina.



2.3 - **Nos pavimentos:**

2.3.1 - Fechos eletromecânicos, contatos, suspensões de portas, botões e indicadores.

**3 - DO REGIME DE EXECUÇÃO:**

3.1 - A Contratada deverá executar serviços de manutenção corretiva, visando à eliminação de defeitos, irregularidades ou desajustes que causem o funcionamento do equipamento abaixo da performance esperada, e manutenção preventiva, destinada a evitar a ocorrência mau funcionamento e a falta de segurança dos elevadores, com cobertura integral de peças e serviços, conforme elencado a seguir:

3.1.1 - Usará pessoal treinado e sob sua supervisão direta, habilitado a manter o equipamento adequadamente ajustado e em condições de funcionar com segurança;

3.1.2 - Realizar, periodicamente, inspeções, ajustes, limpezas, lubrificações e substituições de peças no final de sua vida útil, de acordo com a legislação vigente, recomendações do fabricante do equipamento e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT ou, na ausência destas, em consonância com as normas internacionais vigentes.

3.1.3 - Havendo necessidade de interromper o funcionamento de um ou mais elevadores, em dias úteis e no horário de expediente do Contratante, a interrupção deverá ter duração compatível com a complexidade do defeito a ser corrigido.

3.1.4 - A manutenção preventiva deverá ser feita mensalmente, e terá em vista, no mínimo, o desempenho dos seguintes procedimentos:

3.1.4.1 - **Lubrificação** de todas as partes dos maquinismos e dos equipamentos que devam ser lubrificados periodicamente, com o emprego de lubrificantes de tipo recomendado pelo fabricante, evitando-se o uso de quantidades excessivas;

a) as guias devem ser lubrificadas, evitando-se os excessos; pelo menos uma vez ao ano, as guias devem ser completamente limpas, usando-se, se necessário, solventes adequados para retirar o excesso de lubrificante, sujeiras e materiais estranhos;

b) o nível de óleo dos amortecedores a óleo deve ser mensalmente verificado e recomposto quando necessário;

c) os contatos e relés devem ser mantidos limpos, evitando-se depósitos de poeira ou sujeira, devendo ser lubrificados quando necessário e de acordo com as recomendações dos fabricantes;



d) os freios de segurança devem ser mantidos limpos e livres de ferrugem e sujeira; a sua lubrificação deve ser feita com frequência, particularmente nos lugares mais expostos à oxidação, ação da água, umidade ou vapores corrosivos que possam impedir o funcionamento do freio;

#### 3.1.4.2 - **Limpeza geral;**

a) as caixas, principalmente junto às portas dos pavimentos, e os poços devem ser mantidos limpos e livres de sujeira ou entulhos e não devem ser utilizados para depósito; deve ser eliminado qualquer acúmulo de água nos poços;

b) a casa de máquinas e de polias deve ser mantida limpa e livre de óleo ou graxa, não devendo ser permitido o uso para guarda de materiais em geral, exceto os estritamente necessários para a conservação dos elevadores;

c) a parte superior das cabinas deve ser mantida limpa, não devendo servir para depósito de materiais de qualquer tipo;

3.1.4.3 - Verificação das condições de funcionamento e de segurança dos elevadores e realização de regulagens e ajustamentos;

3.1.4.4 - Verificação periódica do nível e semestralmente a comprovação da qualidade (viscosidade, impurezas) do óleo através da coleta de amostra a ser enviada a laboratório para emissão de laudo técnico, apontando suas características.

3.1.5 - A Contratada atenderá ao chamado do Centro Cultural Justiça Federal, para regularizar anormalidades de funcionamento, procedendo à manutenção corretiva, substituindo e/ou reparando, segundo critérios técnicos, sem ônus para o Contratante, componentes eletrônicos, elétricos, mecânicos e hidráulicos, necessários à recolocação dos equipamentos em condições normais, utilizando peças originais do fabricante, a serem comprovadas através da apresentação de documento fiscal discriminando as peças mencionadas.

3.1.6 - A Contratada será obrigada a atender a chamados de emergência, na hipótese de existir usuário preso no elevador, enviando técnico em até 45 (*quarenta e cinco*) minutos após a abertura do chamado.

3.1.7 - Durante a vigência do Contrato, os elevadores deverão manter os índices de desempenho relacionados na tabela abaixo:

item	Descrição dos índices de desempenho dos elevadores	Valores Referenciais
01	Tempo de abertura das portas	1,8/2,2 s
02	Tempo de fechamento das portas	2,0/2,5 s
03	Tempo de viagem entre andares consecutivos, considerando-se um fechamento de portas break to break e $\frac{3}{4}$ da abertura de portas no	8,0/9,5 s





	andar seguinte. ( Altura pé direito:3 m )	
04	Sistema de pré-abertura de porta no andar	0,8/1,0 s
05	Variação percentual da velocidade nominal (%)	<5,0%
06	Aceleração / desaceleração máxima (m/s <sup>2</sup> )	1,0/1/5m/s <sup>2</sup>
07	Jerk máximo (m/s <sup>3</sup> )	1,0/1/5m/s <sup>3</sup>
08	Tolerância nivelamento andar (mm)	<5,0 mm
09	Nível máximo de ruídos no interior da cabine (db)	60dB
10	Vibração vertical na viagem	10 mg
11	Vibração horizontal na lateral da viagem	15 mg
12	Número de defeitos por elevador	0 a 1

3.1.8 - A Contratada será obrigada a elaborar relatório mensal detalhado dos serviços executados, que deverá ser entregue juntamente com o documento fiscal do mês correspondente, e do qual deverão constar as informações elencadas a seguir:

3.1.8.1 - Serviços executados;

3.1.8.2 - Identificação do elevador;

3.1.8.3 - Data e horário de início e término do serviço;

3.1.8.4 - Profissionais envolvidos;

3.1.8.5 - Solução adotada;

3.1.8.6 - Peças/materiais/equipamentos substituídos;

3.1.8.7 - Tempo de paralisação;

3.1.8.8 - Medição dos índices de desempenho da tabela prevista no subitem anterior;

3.1.8.9 - Informação se havia passageiro(s) preso(s);

3.1.8.10- Informação do número de defeitos no mês, com e sem passageiros presos, por cada elevador.

3.1.9 - Será descontado, do item referente à manutenção mensal de cada elevador, o seu respectivo índice de defeitos.

3.1.9.1 – O Índice de Defeitos (Id), mencionado no subitem anterior, é calculado conforme a seguir:

$$I_d = \frac{\sum n_d}{d_u}$$

onde:  $n_d$  = nº de defeitos;  $d_u$  = nº de dias úteis do mês.

3.1.9.2 - Considerar-se-á 01 (um) defeito a ocorrência de qualquer falha que impeça o funcionamento normal do elevador por mais de 01 (uma) hora, caso ocorra um novo defeito no mesmo dia e no mesmo elevador, somente será contabilizado 01 (um) defeito.

3.1.10 - Os passageiros não poderão ficar presos dentro dos elevadores, em virtude de falha no comando eletrônico ou nos sistemas mecânicos do equipamento, ressalvados os casos em que o elevador não possua pesador de carga e, comprovadamente, tenha sido utilizado com um número de passageiros acima do limite máximo permitido;



3.1.10.1 - Na ocorrência de paralisação de elevador por defeito com passageiro preso em seu interior, será descontado 5% (*cinco por cento*) do valor mensal de manutenção do respectivo elevador, a cada paralisação;

3.1.10.2 - Caso a liberação do(s) passageiro(s) não ocorra nos prazos estabelecidos 3.1.6, será descontado cumulativamente ao estabelecido no subitem 3.1.9, 5% (*cinco por cento*) do valor mensal de manutenção do respectivo elevador.

3.1.11 - As instalações do sistema (casas de máquinas, caixas de corrida, poços, parte superior das cabinas) deverão ser mantidas absolutamente limpas e ordenadas, observadas as recomendações contidas nas alíneas "a", "b" e "c" do subitem 3.1.4.2.

3.1.12 - No caso de eventuais serviços executados por terceiros, tais como instalações de câmeras, alto-falantes, sistemas de iluminação ou ventilação, que necessitem do acesso às instalações do elevador (caixa de corrida, parte superior da cabina, casa de máquinas), a Contratada deverá acompanhar a execução dos mesmos e, quando for o caso, orientar quanto à melhor maneira de executá-los, de modo que não haja a possibilidade de danos às instalações sob sua responsabilidade.

3.1.13 - Na hipótese da Contratada utilizar, eventualmente, mão-de-obra terceirizada na execução dos serviços pertinentes, ficará obrigada a comunicar o fato ao Contratante com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência, ficando a critério do Contratante concordar ou não com o procedimento, dependendo do tipo de serviço a ser realizado.

3.1.14 - Os serviços a serem executados fora do expediente normal deverão ser previamente agendados com o Contratante, devendo ser enviada lista de empregados, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do início dos serviços, para devida autorização por parte do Contratante.

3.1.15 - Efetuará testes de segurança, conforme legislação em vigor e normas da ABNT, sem custos para o Contratante.

a) O espaço de tempo entre duas inspeções anuais não poderá ser superior a 13 (treze) meses nem inferior a 11 (onze) meses.

b) Os orçamentos integrantes das propostas para a execução dos serviços não cobertos por este, deverão conter, além do preço global, os preços por elevador, sendo estes unitários e parciais, por item ou subitem. Os serviços deverão ser relacionados de forma clara e específica, não sendo permitidos termos gerais e vazios que apenas servirão para obscurecer a proposta.

3.1.16 - Executará todos os serviços especificados e decorrentes, sem ônus para o Contratante, quer na aplicação de materiais auxiliares e lubrificantes especiais, quer na substituição de equipamentos, componentes e peças originais, tais como:

a) Máquinas de tração, rolamentos, motor, freio, conversor estático, coletor e escovas;

b) Limitador de velocidade;

c) Painéis de comando, despachos microprocessados, transformadores de corrente/filtro, placas retro – iluminação, conjuntos eletrônicos, chaves e contadores, micro processador, módulos de potência;

d) Cabos de aço, cabos elétricos;

e) Aparelho seletor, seletor eletrônico digital, sensores óticos;

f) Polia de tração, desvio, esticadora, secundária, intermediária;



- g) Limites pára-choques, guias, fixadores e tensores;
  - h) Armação de contrapeso e cabina, coxins;
  - i) Freio de segurança;
  - j) Carretilhas de portas, trincos, fechadores, garfos, rampas mecânicas e eletromagnéticas;
  - k) Operador moline;
  - l) Botões de chamada e externos;
  - m) O conjunto ou parte da cabina, difusores de luz, lâmpadas, reatores, luzes de emergência e respectivas baterias, botões seletores de chamada dos pavimentos, compensadores de voltagem, alto-falantes, ventiladores e exaustores, display digital de sinalização situado nos andares, equipamentos contendo mensagens gravadas, ou alarmes sonoros bitonal;
  - n) E demais peças e/ou serviços, desde que destinadas ao funcionamento do equipamento conforme performance esperada, garantindo a segurança dos elevadores.
- 3.1.17 - A manutenção preventiva será executada, obrigatoriamente, com programação prévia junto à Seção de Engenharia do Centro Cultural Justiça Federal.
- 3.1.18 - Manter plantão de emergência destinado única e exclusivamente ao atendimento de eventuais chamados para libertar pessoas retidas em cabinas ou para casos de acidentes;
- 3.1.18.1 - Todo o serviço de manutenção, incluindo reparos, será executado, obrigatoriamente, no horário e dias normais de trabalho da contratada.
- 3.1.18.2 - A execução do serviço de manutenção e/ ou reparos fora do horário normal de trabalho da Contratada, em caráter excepcional de comprovada necessidade, desde que solicitados pelo Contratante, implicará em adicional de preço baseado nos acréscimos relativos aos prêmios de horas extras.
- 3.1.18.3 - Excluem-se desta previsão os serviços cuja solicitação foi efetuada dentro do horário normal, embora não atendida pela contratada; bem como aqueles verificados dentro do horário normal pela contratada, mas por ela não sanados nessa ocasião.
- 3.1.19 - A Contratada não assumirá a posse ou controle de qualquer parte do equipamento, que continuará sob a responsabilidade exclusiva do Contratante, como proprietária ou possuidora do mesmo, cabendo-lhe em consequência, vigiá-lo e supervisionar as normas de segurança para o seu funcionamento e uso.
- 3.1.20 - Na qualidade de especialista no equipamento, a Contratada só considera como qualificados para uso da chave de emergência, os seus mecânicos. Ainda que o elevador seja aberto pelo Corpo de Bombeiros, a sua utilização deve ser impedida até a vistoria do departamento técnico da Contratada;
- 3.1.21 - A utilização dos equipamentos por crianças ou pessoas com limitações físicas, inclusive decorrentes de idade, só deve ser feita com devida assistência, para prevenir acidentes;
- 3.1.22 - A Contratada não se responsabiliza:
- 3.1.22.1 - por quaisquer danos pessoais ou patrimoniais resultantes ou agravados pelo uso indevido do equipamento;
  - 3.1.22.2 - pela sua manipulação por quaisquer terceiros, por autoridades públicas ou prepostas do Contratante ainda que resultem de emergência;
  - 3.1.22.3 - por danos resultantes ou agravados por atos do governo, greves, inclusive seu próprio pessoal, ou "lock-outs";



- 3.1.22.4 - incêndios, explosões, inundações, roubos, furtos, revoltas, comoções civis, guerras;
- 3.1.22.5 - atos maliciosos;
- 3.1.22.6 - força maior;
- 3.1.22.7 - ou ainda, resultantes de qualquer outro motivo fora de seu controle.

#### **4 - DO PLANO DE MANUTENÇÃO:**

##### **4.1 – Da Manutenção e da Assistência Técnica:**

- 4.1.1 - As atividades de manutenção e/ou conservação efetuadas pela Contratada deverão satisfazer às leis e posturas, bem como às normas técnicas pertinentes e rotinas pré-estabelecidas pela própria Contratada.
- 4.1.2 - A Contratada deverá implementar os serviços de manutenção e apresentar ao Contratante as modificações que se fizerem necessárias, para devida aprovação;
- 4.1.3 – A Contratada deverá elaborar no prazo de até 15 (*quinze*) dias, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, Plano de Manutenção que contemple todas as atividades no subitem 3.1.2 e item 4, estabelecendo inclusive as datas previstas para a realização de cada serviço de manutenção preventiva;
- 4.1.4 - Para elaboração do Plano de Manutenção, a Contratada deverá apresentar previamente ao Contratante, cópia de todas as normas, manuais de operação, leis, enfim todos os documentos pertinentes ao estabelecimento do citado Plano;
- 4.1.5 – A Contratada deverá, no período compreendido entre o 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato até a modificação do atual Plano de Manutenção, prestar os serviços relativos à manutenção preventiva em conformidade com o disposto.

##### **4.2 – Da Manutenção Periódica Planejada:**

- 4.2.1 - Limpar, onde necessário, a unidade principal de acionamento, o equipamento de controle, as guias e fixações, a parte inferior e superior do carro, o poço e seus equipamentos, os trilhos superiores das portas internas e a casa de máquinas;
- 4.2.2 - Lubrificar, onde necessário, a unidade principal de acionamento, motor e equipamento de controle, as guias e todos os trilhos superiores das partes internas e externas, os mancais de polias e o equipamento de segurança, para evitar possíveis oxidações;
- 4.2.3 - Verificar e ajustar todas as partes móveis, corrigindo-as onde for possível;
- 4.2.4 - Proceder quando necessário, à realização de testes especiais de segurança, relacionados à instalação específica, seu tipo e frequência de uso, juntamente com outras verificações;
- 4.2.5 - Verificar os trincos internos e externos das portas de pavimento periodicamente, bem como a operação de segurança de cada porta;
- 4.2.6 - Verificar a operação de abertura e fechamento das portas de cada pavimento;
- 4.2.7 - Testar a eficiência de todos os circuitos dos dispositivos de segurança;
- 4.2.8 - Verificar a correta operação de proteção contra o limite de velocidade de todas as chaves-limite;
- 4.2.9 - Verificar a operação de todos os botões, interruptores e quaisquer circuitos e sinais especiais;



4.2.10 - Examinar o estado das correções e as condições dos cabos de tração e outros cabos e correntes;

4.2.11 - Verificar, manualmente, o movimento livre do aparelho de segurança e o funcionamento das chaves-limite;

4.2.12 - Sinalizar abundantemente a área utilizada para a realização das manutenções, a fim de evitar acidentes;

4.2.13 - Deverão também ser executadas todas as inspeções, verificações, testes, intervenções e serviços pertinentes;

4.3 - Da Manutenção Periódica Planejada nas Cabines:

**4.3.1 - Tarefas mensais:**

- a) Verificar luz de emergência;
- b) Verificar aspectos dos componentes da cabine;
- c) Verificar funcionamento do painel de chamada da cabine;
- d) Verificar partida, parada e nivelamento;
- e) Verificar abertura, reabertura e fechamento das portas;
- f) Verificar sapata de segurança, detetor e foto-célula;
- g) Verificar funcionamento do ventilador;
- h) Limpar gotas de óleo no acrílico da cabine;
- i) Lubrificação e ajustes necessários;
- j) Limpar o teto da cabine;
- k) Verificar portas dos andares;
- l) Verificar roldanas e excêntricos das portas;
- m) Verificar cabinho de aço das portas dos andares;
- n) Verificar contatos e parafusos das portas;
- o) Limpar suspensão das portas dos andares;
- p) Verificar guias e pivô das portas dos andares;
- q) Lubrificação e ajustes necessários.

**4.3.2 – Tarefas semestrais:**

- a) Verificar tensão dos cabos e fixação dos mesmos;
- b) Verificar as correções superiores da cabine;
- c) Verificar a parada;
- d) Limpar passadiço, vigas, guias e ferragens;
- e) Verificar a chumbeação dos braquetes das guias;
- f) Verificar o contrapeso e correções (ajustes);
- g) Verificar operação da porta de emergência;
- h) Verificar o aparelho de segurança;
- i) Verificar calços de borracha da cabine.

**4.4 – Da Manutenção Periódica Planejada nas Últimas Paradas:**

**4.4.1 – Tarefas mensais:**

- a) Verificar funcionamento da porta da cabine;
- b) Limpar suspensão da porta da cabine;
- c) Verificar roldanas e excêntricos da porta da cabine;
- d) Verificar contato da porta da cabine;



- e) Verificar cabinho de aço da porta da cabine;
- f) Verificar operador de portas, contatos, fixação e caixa DOCB;
- g) Lubrificação e ajustes necessários.

#### **4.4.2 – Tarefas trimestrais:**

- a) Verificar guias e pivô da porta da cabine;
- b) Limpar a frente da porta da cabine.

### **4.5 – Da Manutenção Periódica Planejada nas Casas de Máquinas:**

#### **4.5.1 – Tarefas mensais:**

- a) Verificar nível de óleo no motor e máquinas – vazamento;
- b) Limpar escovas, porta escovas e coletor;
- c) Limpar o conjunto da máquina;
- d) Limpar a casa de máquinas;
- e) Limpar o quadro de comando;
- f) Verificar chaves, temporização e manobra;
- g) Verificar fusíveis de controle;
- h) Verificar o motor;
- i) Verificar máquinas, folga, coroa-sem-fim e polia;
- j) Limpar, lubrificar e ajustar o freio, para que não haja ruídos;
- k) Lubrificação e ajustes necessários.

#### **4.5.2 – Tarefas semestrais:**

- a) Verificar e reapertar terminais frouxos no controle;
- b) Verificar calços de borracha da máquina;
- c) Verificar folga nos mancais da máquina e motor;
- d) Verificar desgaste dos cabos de aço, limpeza e lubrificação;
- e) Reapertar conexões do motor de tração;
- f) Verificar fusíveis da caixa geral e reapertar os terminais;
- g) Limpar e verificar o limitador de velocidade;
- h) Verificar o cabo do limitador de velocidade;
- i) Verificar parafusos em geral.

### **4.6 – Da Manutenção Periódica Planejada nos Poços/Caixas de Corrida:**

#### **4.6.1 – Tarefas mensais:**

- a) Limpar o poço;
- b) Limpar e lubrificar componentes danificados no poço.

#### **4.6.2 – Tarefas semestrais:**

- a) Verificar estiramento dos cabos de tração;
- b) Verificar corredeiras inferiores da cabine;
- c) Verificar o estado dos pára-choques;
- d) Verificar o tensor do cabo do regulador;
- e) Limpar as laterais da cabine e parte inferior do carro.\_

### **4.7 – Da Manutenção Periódica Planejada nos Andares:**

#### **4.7.1 – Tarefas mensais:**

- a) Verificar botões, indicadores de posição e direção;
- b) Limpar a soleira da cabine;



- c) Limpar a soleira das portas dos andares;
- d) Ajustar excêntrico das portas dos andares;
- e) Ajustar trinco de porta dos andares.

## **5 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1- A Contratada deverá providenciar junto ao CREA/RJ a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), recolhendo a respectiva taxa, antes do início dos serviços. O responsável técnico constante da referida ART deverá acompanhar os serviços na medida necessária à garantia da qualidade e ao cumprimento do prazo contratual;

5.2 - A Contratada será responsabilizada por quaisquer danos que seus empregados causarem à Administração;

5.3 - Utilizar na prestação dos serviços, mão de obra qualificada, equipamentos e materiais de primeira qualidade e suficientes à realização dos serviços;

5.4 - Reparar, ou quando isto for impossível, indenizar pessoas ou materiais, em decorrência de erro dos serviços, que sobrevenham em prejuízo da Contratante ou de terceiros, sem quaisquer ônus para o Contratante;

5.5 - Permitir que seus empregados, caso venham a trabalhar nas dependências do Centro Cultural Justiça Federal, sejam vistoriados pela Segurança Interna;

5.6 - Os empregados da Contratada, quando prestando serviços no Centro Cultural Justiça Federal, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o Contratante, pois que manterão Contrato de trabalho com a empresa Contratada, a qual, como tal, responderá sempre única e exclusivamente perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao Contratante ou a terceiros, durante, ou em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis;

5.7 - Refazer todo e qualquer serviço não aprovado pelo Contratante, sem qualquer ônus para a Contratante;

5.8 - Responderá a Contratada por qualquer acidente que venha a ocorrer com seus empregados;

5.9 - Nos serviços desenvolvidos nas dependências do Centro Cultural Justiça Federal, manter e entregar os locais onde se desenvolverem, devidamente limpos e recuperados;

5.10 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução de Contrato;

5.11 - Afastar ou substituir qualquer empregado que, comprovadamente, e por recomendação da fiscalização, causar embaraço à boa execução do serviço;

5.12 - Fornecer todo o ferramental, maquinaria e aparelhamento adequados a mais perfeita execução de objeto licitado;

5.13 - Permitir o livre exercício da fiscalização pelo Contratante;

5.14 - A sucatagem dos materiais substituídos será de responsabilidade da Contratada.





5.15 - A Contratada deverá preencher formulário (Ordem de Serviço - O.S.) para o registro das intervenções técnicas, corretivas ou preventivas, onde deverá constar todas as especificações do item 3.1.8, devendo ser entregue 1 (uma) via à Seção de Engenharia do Centro Cultural Justiça Federal.

5.16 - Na operação e manutenção dos equipamentos e sistemas, a Contratada não poderá, sob quaisquer hipóteses, apresentar custos adicionais referentes a serviços que porventura necessite executar para manter o perfeito funcionamento dos equipamentos do Contratante.

5.17 - O(s) Engenheiro(s) responsável(is) ou sócios gerentes da Contratada deverão estar permanentemente disponibilizados para emergências e sempre que necessário, a qualquer hora do dia ou da noite.

5.18 - O Contratante poderá, sempre que for necessário, solicitar ou exigir da Contratada pareceres ou laudos técnicos, os quais deverão ser elaborados e assinados pelo engenheiro responsável técnico da Contratada, mencionado no item anterior, devidamente registrado no CREA.

5.19 - A Contratada deverá apresentar, no prazo de até 10 (dez) dias, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, plano mestre de manutenção preventiva informatizado que atenda aos serviços contratados para avaliação preliminar por parte do Contratante, em programas compatíveis com o sistema operacional Windows.

5.20 - Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva constantes da relação dos serviços objeto do Contrato, dentre outros correlatos, bem como proceder à montagem e fixação, junto aos equipamentos, de pasta contendo a documentação técnica atualizada e ficha emitida pela Contratada com o histórico de intervenções.

5.21 - A Contratada não poderá executar reprogramações sucessivas que sobreponham períodos de manutenção preventiva, descritas no plano mestre de manutenção preventiva, estabelecendo um prazo limite que deverá ser informado através dos campos na emissão de cada ordem de serviço (OS).

5.22 - A Contratada deverá fornecer, no prazo de até 10 (dez) dias, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, relação de todas as peças críticas que compõem o sistema hidráulico / mecânico / elétrico / eletrônico dos elevadores do CCJF que podem interromper o seu funcionamento.

5.22.1 - As peças mencionadas no item anterior deverão ser originais do fabricante, devidamente comprovado por documento fiscal, devendo ainda ser comprovada pela Contratada a existência das referidas peças em seus estoques.

5.23 - Após a assinatura do Contrato, a Contratada deverá comparecer ao CCJF para estabelecer cronograma para avaliação da qualidade do óleo dos equipamentos, mediante coleta de amostra a ser enviada a laboratório visando à emissão de laudo técnico. Na hipótese de o resultado acusar que o óleo está fora de suas características técnicas originais, a Contratada deverá providenciar a troca total do óleo de ambos os elevadores, bem como a realização de limpeza de todo o sistema hidráulico e equipamentos afins, sendo o óleo fornecido pelo Contratante.



5.24 - Relação nominal dos funcionários habilitados a realizarem os serviços exigidos, com a indicação das funções de cada um, dela constando necessariamente os seguintes profissionais:

5.24.1 - PROFISSIONAL TÉCNICO :Técnico Eletromecânico: Profissional com ensino médio completo ou equivalente, com curso técnico específico em manutenção de elevadores, com certificado de capacitação, para os equipamentos a serem mantidos (objeto da licitação), com registro no CREA e experiência em suas respectivas áreas **comprovada na carteira de trabalho ou outro documento hábil.**

5.24.2- PROFISSIONAL DE MECÂNICA: Profissional formado em Engenharia Mecânica, com cursos específicos em manutenção de elevadores, com certificado de capacitação, para os equipamentos a serem mantidos (objeto da licitação), com registro no CREA e experiência em suas respectivas áreas **comprovada na carteira de trabalho ou outro documento hábil e comprovada mediante Certidão de Acervo Técnico (C.A.T).**

## 6 - DA FISCALIZAÇÃO:

6.1 - O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

6.2 - Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

6.2.1 -Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

6.2.2 - Ordenar à Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

6.3 - Na hipótese de serem necessários serviços não previstos ou modificações, para mais ou para menos, nos projetos ou especificações fornecidas pelo Contratante, a Contratada somente poderá fazê-lo mediante prévia autorização da fiscalização.

6.4 - A Contratada relacionar-se-á com o Contratante, durante a execução do presente Contrato, por intermédio do gestor e de seu suplente.

6.5 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

## 7 - PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO

Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de 02 (dois) elevadores hidráulicos da Marca Atlas	
Valor mensal para manutenção do elevador nº 01 .....	R\$
Valor mensal para manutenção do elevador nº 02 .....	R\$
Valor total mensal (elevador 01 + elevador 02) .....	R\$ 4.453,53
Valor total anual (total mensal x 12) .....	R\$ 53.442,36



*Valor total anual (por extenso):*